

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 6.616, DE 2006

Reabre o prazo para o acordo de revisão dos benefícios previdenciários previsto no art. 2º da Lei nº 10.999, de 15 de dezembro de 2004, que “autoriza a revisão dos benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994 e o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica”.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS
MENDES THAME

Relator: Deputado JORGE ALBERTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME, reabre e prorroga até 31 de dezembro de 2006 o prazo para que os segurados e seus dependentes beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, que se enquadrem nos requisitos do art. 1º da Lei nº 10.999, de 15 de dezembro de 2004, que “autoriza a revisão dos benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994 e o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica”, venham a firmar o Termo do Acordo para terem direito à revisão desses benefícios. Idêntico prazo é estendido para os segurados e seus dependentes que tenham ajuizado ação até 26 de julho de 2004, cujo objeto seja a revisão prevista no art. 1º da Lei nº 10.999, de 2004, e que venham a firmar o Termo de Transação Judicial.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Seguridade Social e Família e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Oportuna e meritória a proposição sob análise.

Com efeito, a Medida Provisória nº 201, de 23 de julho de 2004, posteriormente convertida na Lei nº 10.999, de 15 de dezembro de 2004, tinha como objetivo solucionar o problema decorrente de cálculo incorreto dos salários de contribuição, por parte da autarquia previdenciária, quando da instituição da URV, em fevereiro de 2004.

Tal equívoco provocou o inconformismo dos segurados e de seus dependentes, que abarrotaram o Poder Judiciário com ações buscando a reparação de suas perdas. Assim, obtida a tutela jurisdicional, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS foi condenado a incorporar no salário de benefício o percentual de 39,67%, correspondente ao Índice de Reajuste do Salário Mínimo – IRSM de fevereiro de 1994.

Diante do elevado número de condenações e da iminência de novas demandas, foi editada a referida Medida Provisória nº 201, de 1994, que fixou a data de 31 de outubro de 2005, para que os interessados firmassem o Termo de Acordo (para aqueles que ainda não tivessem ingressado com ação judicial) ou o Termo de Transação Judicial (no caso dos que já estivessem demandando judicialmente o INSS).

Ocorre que foi escassa a divulgação dos termos da Lei nº 10.999, de 2004, pelo que apenas um fragmento do universo de interessados firmou o Acordo ou a Transação Judicial, sendo que muitos somente tiveram notícia dessa possibilidade após haver escoado o prazo estipulado.

Diante disso, com o objetivo de reabertura desse prazo, estendendo-o para 31 de dezembro de 2006, por interessar tanto a segurados

e seus dependentes como à autarquia previdenciária, foi apresentada a proposição sob comento.

Isto posto, nos termos das razões acima expendidas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.616, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado JORGE ALBERTO
Relator